CPL - Central Paranaense de Logística S.A.

CNPJ 12.127.733/0001-70

Relatório da Administração - 2024

Em cumprimento às disposições vigentes da legislação societária, submetemos a apreciação dos Senhores Acionistas os documentos relativos às Demonstrações Financeiras da CPL – Central Paranaense de Logística S.A., compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Sarandi, 15 de abril de 2025.

Paulo Meneguetti - Diretor Presidente.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	2024	2023
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	1.673	1.503	Obrigações tributárias	4	2
Impostos a recuperar	1	60		4	2
	1.674	1.563	**Patrimônio líquido (Nota 5)**		
Não circulante			Capital social	7.100	7.100
Realizável a longo prazo	20	9	Prejuízos acumulados	(5.410)	(5.530)
	20	9		1.690	1.570
Total do ativo	**1.694**	**1.572**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**1.694**	**1.572**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES Financeiras em 31 de dezembro 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: (a) Considerações gerais: A CPL - Central Paranaense de Logística S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de maio de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo por objetivo social o transporte dutoviário de álcool e outros derivados de petróleo. A Companhia se encontra em fase pré-operacional, visto que está em fase de elaboração de estudos, projetos e licenças ambientais para futura construção dos dutos. Para obtenção da licença prévia já foi definido o traçado, verificando em quais cidades passará o poliduto, geoprocessamento, elaboração do EIA-RIMA e audiência públicas nos principais municípios explicando para a população como é o funcionamento e impacto ambiental com a construção do poliduto. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2025. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, definidas no Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.8. **2.2. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: . Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Atualmente os ativos são classificados ao custo amortizado. **2.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido,no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **2.4.4. Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **2.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.6. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Companhia continua sem operações, de tal forma que não há estimativas críticas.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	2	2
Aplicações financeiras	1.671	1.501
	1.673	1.503

O saldo de bancos compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os Certificados de Depósitos Bancários em 2023 estão indexados pela variação de 100% (94%-2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), são sujeitos a variação insignificante de valor juros e podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros. **4. Imobilizado**: Em 2018, foi registrada provisão (impairment) do imobilizado em andamento no valor de R$ 4.157 mil. Essa provisão foi constituída pela administração após a avaliação do momento atual e da ausência de expectativa da efetivação do projeto dos dutos. Uma eventual mudança no cenário econômico ou de negócios essa a provisão será revertida.**5. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia possui 8.798.916 ações totalmente integralizadas que corresponde a um capital social no valor de R$ 7.100. **(b) Quantidade de ações:**

Acionistas	2024	2023
CPA Trading S.A.	2.199.729	2.199.729
CPLPAR Holding S.A.	4.399.458	4.399.458
Cattalini Terminais Marítimos S.A.	2.199.729	2.199.729
Total	**8.798.916**	**8.798.916**

6. Despesas por natureza

	2024	2023
Serviços de terceiros	20	25
Outras despesas (gastos gerais)	6	6
	26	31

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Receitas e (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 6)	(26)	(31)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(26)**	**(31)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras (Nota 7)	184	179
	184	179
Lucro antes dos impostos e das contribuições	**158**	**148**
Imposto de renda	(24)	(22)
Contribuição social	(14)	(13)
	(38)	(35)
Lucro líquido do exercício	**120**	**113**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**120**	**113**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**120**	**113**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**7.100**	**(5.643)**	**1.457**
Lucro líquido do exercício	-	113	113
Em 31 de dezembro de 2023	**7.100**	**(5.530)**	**1.570**
Lucro líquido do exercício	-	120	120
Em 31 de dezembro de 2024	**7.100**	**(5.410)**	**1.690**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos e contribuições	158	148
Variação nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	59	-
Obrigações tributárias	(1)	(3)
Outras contas a receber	(1)	(9)
Caixa aplicado nas operações	204	135
Imposto de renda e contribuição social pago	(34)	(32)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**170**	**103**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**170**	**103**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.503**	**1.400**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.673**	**1.503**

7. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Receita financeira de depósitos bancários	184	179
Resultado financeiro	184	179

8. Imposto de renda e contribuição social: (a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro antes do IR e da contribuição social	157	147
Alíquotas nominais	24%	24%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	38	35
IRPJ e CSLL apurados	(38)	(35)

9. Provisão para contingência: A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo trabalhista, tributário e cível, conforme relatório circularizado com Advogados, sendo assim não consta nenhuma provisão para contingência reconhecida nas demonstrações financeiras e nem em notas explicativas.

DIRETORIA

Paulo Meneguetti - Diretor Presidente
Ayrton Carlos Berg Junior - Diretor
José Paulo Fernandes - Diretor
Gilberto Francisco Pacheco - Contador CRC/PR 041560/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **CPL - Central Paranaense de Logística S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CPL - Central Paranaense de Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 15 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC PR008333/F-8

Gabriel Perussolo
Contador
CRC 1PR057146/O-0

SINDICATO RURAL DE MARINGÁ

Missão: "Ser o legítimo órgão representativo dos produtores rurais de Maringá e região".
Base territorial em: Maringá, Floresta, Itambé, Paiçandu e Sarandi
Qualidade Certificada ISO 9001

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato Rural de Maringá, atendendo disposições estatutárias, convoca os senhores associados desta Entidade e em dia com suas obrigações estatutárias, para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 05 de maio de 2025, às 7:45 horas, em 1ª Convocação ou em 2ª Convocação às 8:15 horas, com a presença de no mínimo 15 (quinze) associados, tendo como local o Auditório deste Sindicato, à Rua Piratininga, 391, nesta cidade de Maringá-PR., para deliberar sobre os seguintes assuntos:

1º. Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia anterior;

2º. Apresentação, discussão e votação do Balanço Patrimonial e Financeiro e Demonstrativo de Resultados de 2023 e suplementações Orçamentárias; e,

3º. Apresentação, discussão e votação da Proposta Orçamentária para 2025.

Maringá, 17 de abril de 2025

JOSÉ ANTÔNIO BORGHI
Presidente

SINDICATO RURAL DE MARINGÁ

Missão: "Ser o legítimo órgão representativo dos produtores rurais de Maringá e região".
Base territorial em: Maringá, Floresta, Itambé, Paiçandu e Sarandi
Qualidade Certificada ISO 9001

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato Rural de Maringá, atendendo disposições estatutárias, convoca os senhores associados desta Entidade e em dia com suas obrigações estatutárias, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 05 de maio de 2025, às 8:15 horas, em 1ª Convocação ou em 2ª Convocação às 8:45 horas, com a presença de no mínimo 15 (quinze) associados, tendo como local o Auditório do Sindicato Rural de Maringá, à Rua Piratininga, 391, nesta cidade de Maringá-PR., para deliberar sobre os seguintes assuntos:

1º. Leitura, discussão e aprovação da Ata da Assembleia anterior;

2º. Apresentação, discussão e aprovação de novos associados - artigo 18, letra g;

3º. Apresentação, discussão e aprovação de eliminação de associados por falta de pagamento da contribuição social, de acordo com o art. 13, letra a, combinado com o art. 28, letra g e art. 18, letra g; e

4º. Assuntos Gerais.

Maringá, 17 de abril de 2025

JOSÉ ANTÔNIO BORGHI
Presidente

SINDICATO RURAL DE MARINGÁ

Missão: "Ser o legítimo órgão representativo dos produtores rurais de Maringá e região".
Base territorial em: Maringá, Floresta, Itambé, Paiçandu e Sarandi
Qualidade Certificada ISO 9001

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente em Exercício do Sindicato Rural de Maringá, atendendo disposições estatutárias, convoca os senhores associados desta Entidade, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária que se realizará no dia 05 de maio de 2025, às 7:30 horas, em 1ª Convocação ou em 2ª Convocação às 8:00 horas com a presença de no mínimo 15 (quinze) associados, tendo como local o Auditório do Sindicato Rural de Maringá, à Rua Piratininga, 391, nesta cidade de Maringá – PR., para deliberar sobre os seguintes assuntos:

1º. Escolha e nomeação dos membros que integrarão a Comissão de Negociação Coletiva, junto ao Sindicato de Trabalhadores Assalariados Rurais de Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Maringá, Sarandi, Paiçandu e Floresta.

2º. Autorização para a Diretoria firmar convenção, instaurar ou responder a dissídios coletivos com o Sindicato de Trabalhadores Assalariados Rurais de Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Maringá, Sarandi, Paiçandu e Floresta com vigência para os anos 2025/2027, outorgando-lhes poderes;

Maringá, 17 de abril de 2025

JOSÉ ANTÔNIO BORGHI
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente por Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 0371-3440-E70A-3672.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/0371-3440-E70A-3672 ou vá até o site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0371-3440-E70A-3672

Hash do Documento

9E8EF4F0258DD748F759F22892DE46035D896903C0D3C831FF9D618A0D7EB838

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/04/2025 é(são) :

☑ angelo Lugoboni - 34.263.987/0001-59 em 18/04/2025 08:16 UTC-03:00
Nome no certificado: Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis
Tipo: Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59